

**60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMPUR
30 DE JULHO DE 2020**

1 No dia trinta de julho de dois mil e vinte, às nove horas, o Conselho Municipal de Política
2 Urbana – COMPUR, reunido virtualmente por meio da plataforma de videoconferência
3 *Google Meet*, conforme condições determinadas pela Portaria SMPU Nº 21/2020, e no
4 pleno exercício de suas atribuições, instituídas pela Lei Municipal nº 11.181, de 08 de
5 agosto de 2019, teve sua sexagésima (60ª) sessão extraordinária aberta pelo Vice
6 Presidente do COMPUR, Conselheiro José Júlio Rodrigues Vieira. A sessão foi oficialmente
7 iniciada face ao quórum obtido pela presença dos Conselheiros Titulares: José Júlio
8 Rodrigues Vieira, Tatiana de Melo Braga, Lisandra Mara Silva, Silvio Higinio de Rezende,
9 Guilherme de Souza Barcelos, Jean Mattos Duarte, Patrícia de Castro Pretti, Rogério
10 Carvalho Silva, Ricardo Miranda Aroeira, Sérgio Augusto Domingues, Elisabete de Andrade,
11 Júnia Márcia Bueno Neves, Warley Rodrigues Araújo, Paulo Sérgio Campos Gomide,
12 Edneia Aparecida de Souza, Armando Santos Guimarães, Renato Ferreira Machado Michel
13 e Esterlino Luciano Campos Medrado. Estiveram presentes, também, os seguintes
14 Conselheiros Suplentes: Gisella Cardoso Lobato, Pedro de Freitas Maciel Pinto, Emanuelle
15 Brenda Lopes Perpétuo, Tomás Alexandre Ahouagi, Thaís Braga Melgaço de Moraes,
16 Rafael Rangel Giovanini, André Henrique de Brito Veloso, Marcela David de Carvalho,
17 André Frederico de Sena Horta, Alberto Enrique Dávila Bravo e Trankilino Túlio Queiroz de
18 Freitas. **1. Informes e manifestações gerais.** O Vice-Presidente do COMPUR, José Júlio
19 Vieira, cumprimentou a todos e declarou a abertura da sessão extraordinária do Conselho,
20 informando que seriam feitas apresentações pelos órgãos municipais da Secretaria
21 Municipal de Política Urbana - SMPU, da Subsecretaria Municipal de Proteção e Defesa
22 Civil, da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – Urbel e da Secretaria Municipal de
23 Obras e Infraestrutura – SMOBI sobre questões relacionadas à drenagem urbana no
24 Município de Belo Horizonte, a serem seguidas de debate com o público. Alertou que se
25 aproximava o prazo para desincompatibilização dos conselheiros, caso desejassem
26 concorrer a algum mandato eletivo nas eleições deste ano.**2. Assunto: Aprovação da**
27 **Pauta da 60ª Reunião Extraordinária do COMPUR (30/07/2020).** O conselheiro José Júlio
28 colocou em votação a pauta da 60ª Reunião Extraordinária do Conselho que, não havendo
29 manifestações, foi aprovada pelo Plenário. **3. Assuntos para apreciação: 3.1. Matéria:**
30 **Apresentação das ações de prevenção e mitigação do Executivo relativas à drenagem**
31 **urbana.** O Diretor de Análise de Licenciamentos Urbanísticos Especiais, Isaac de Medeiros,
32 iniciou a apresentação pela SMPU intitulada "Planejamento urbano ambiental e drenagem
33 de águas pluviais no Plano Diretor de BH". Destacou que a da Lei 11.181/19 – o Novo
34 Plano Diretor - prevê o comprometimento com a Nova Agenda Urbana - NAU, que objetiva
35 um planejamento urbano pautado nos conceitos de sustentabilidade e resiliência, em que se
36 deixa de assumir uma postura de enfrentamento e controle da natureza, para adotar
37 abordagens de adaptação, convivência e respeito com relação ao ambiente natural e à
38 interação do espaço construído com este último. Apresentou as estimativas de aumento da
39 vulnerabilidade do Município em razão das mudanças climáticas até o ano de 2030, com
40 destaque para os riscos associados a inundações, demonstrando a necessidade de
41 adaptação e preparo da cidade para eventos climáticos extremos. Enfatizou as diferenças
42 entre o ciclo da água no meio natural, chamado de ciclo hidrológico, e no meio urbano, o
43 ciclo hidrossocial da água. No primeiro, a água pluvial percorre uma variedade de caminhos,
44 tais como a infiltração e a evapotranspiração. No segundo, a água é majoritariamente

45 direcionada para o escoamento superficial, em razão do modelo de ocupação do território
46 historicamente adotado, que promove o tamponamento dos rios, incrementa a
47 impermeabilização do solo e reduz a participação da vegetação no ambiente urbano,
48 aumentando, assim, o risco de enchentes. Pontuou que as obras de infraestrutura de
49 drenagem atuam na consequência do fenômeno, o aumento do escoamento superficial,
50 sem, contudo, atuar sobre a sua causa, a impermeabilização do solo, de modo que a sua
51 eficácia tem um limite inerente. O Novo Plano Diretor adota estratégias em mesoescala
52 para lidar com as causas das enchentes, promovendo a alteração do modelo de ocupação
53 da cidade e visando à melhoria das condições de infiltração da água no solo. Destacou que
54 o Poder Público pode atuar sobre as áreas de preservação e se sobre o logradouro público,
55 mas que não se pode esquecer a importância da na escala do lote e da corresponsabilidade
56 da população no respeito aos parâmetros urbanísticos que atuam na prevenção das
57 inundações. Apresentou as estratégias de estruturação ambiental, com destaque para a
58 interligação das áreas de preservação ambiental da cidade por meio das Conexões
59 Ambientais, subdivididas em conexões verdes e conexões de fundo de vale. As conexões
60 verdes configuram corredores que conectam as áreas de preservação por meio da
61 arborização das vias e dos afastamentos frontais, promovendo o aumento das áreas verdes
62 por habitante e por regional e possibilitando a adoção de ferramentas de controle de
63 infiltração de água no logradouro público, tais como jardins drenantes e trincheiras de
64 infiltração. Por sua vez, as conexões de fundo de vale acompanham corpos d'água a céu
65 aberto e têm como objetivo preservar as nascentes, as áreas verdes ao longo dos leitos
66 naturais e, ao mesmo tempo, criar espaços para lazer da população. Apresentou o Parque
67 Municipal Nossa Senhora da Piedade como exemplo de área da cidade que atua como
68 conexão de fundo de vale. Pontuou que os parques e as áreas de preservação cumprem
69 importante papel na drenagem urbana, através do amortecimento, da infiltração e da
70 interceptação das águas das chuvas e apresentou como exemplo o Parque Municipal
71 Fazenda Lagoa do Nado. Ainda, o Novo Plano Diretor adota novos critérios em relação à
72 taxa de permeabilidade. Esclareceu que, na lei anterior, ela poderia ser inteiramente
73 substituída por caixas de captação e outros dispositivos, o que permitia a
74 impermeabilização total do terreno, ao passo que agora o seu cumprimento em área
75 permeável, vegetada e arborizada é obrigatório, bem como a adoção de dispositivos
76 complementares de retenção. Assim garante-se a qualidade da ambiência e do microclima,
77 por meio da vegetação e arborização, e o controle do escoamento na fonte através do
78 dispositivo complementar. Além destas exigências para os novos empreendimentos,
79 existem estímulos para a adoção de outros dispositivos de sustentabilidade nos projetos
80 com a redução de pagamento de outorga. Encerrada a apresentação, o conselheiro José
81 Júlio e passou a palavra ao Coronel Waldir Figueiredo Vieira, que iniciou a apresentação
82 intitulada "Gestão de Riscos e Desastres". Primeiramente, destacou os objetivos da Defesa
83 Civil, a saber, a redução substancial dos riscos de desastres e as perdas de vidas e meios
84 de subsistência, de modo a propiciar uma melhor qualidade de vida para a população e
85 tornar a cidade sustentável e resiliente. Esclareceu que uma cidade resiliente não é aquela
86 livre de desastres, tendo em vista a impossibilidade de evitá-los de todo, sendo importante
87 que a cidade seja capaz de resistir, absorver e se recuperar de forma eficiente dos efeitos
88 dos desastres. Seguindo as orientações da ONU, a Defesa Civil atua através de
89 monitoramentos hidrometeorológicos e emissão de alertas precoces, para que as pessoas
90 não se exponham a riscos de forma desnecessária. O monitoramento é realizado com base
91 em dados do radar meteorológico de Mateus Leme, imagens de satélites, sensores de
92 medição de nível de chuvas e sensores de medição de nível de córregos e de

93 transbordamento, permitindo a emissão de alertas precisos para as comunidades que vivem
94 nas áreas de risco e para as pessoas que transitam em vias que podem ser afetadas por
95 inundações e alagamentos. Os alertas são emitidos através de diversos meios de
96 comunicação, tais como redes sociais, plataforma nacional de riscos de desastres, serviço
97 de SMS, bem como veiculados no metrô e nos aeroportos. Além disso, há uma ação
98 coordenada de interdição de vias em situação de risco de inundação e a atualização
99 eletrônica dos bloqueios no aplicativo Waze, que, então, direciona os condutores para rotas
100 alternativas e seguras. Relatou que as comunidades localizadas em áreas de risco de
101 alagamento contam com Núcleos de Alerta de Chuva - NAC's, organizados em parceria-
102 URBEL. Os NAC's recebem alertas diretamente da Defesa Civil, e cada uma das áreas de
103 risco apresenta mapas de mancha falada, elaborados junto às comunidades, bem como
104 plano de contingência específico. Já as vilas localizadas em áreas com risco de
105 deslizamento e desabamento de moradias contam com Núcleos de Defesa Civil -
106 NUDEC's, também coordenados pela URBEL. Avaliou que a gestão aproximada da Defesa
107 Civil com as comunidades permite a mudança na percepção de risco, fundamental na
108 prevenção de desastres. Apresentou as ações do Grupo Gestor de Riscos de Desastres -
109 GGRD, composto por órgãos municipais, estaduais, empresas, sociedade civil e os Núcleos
110 de Defesa Civil. que se reúne semanalmente durante o período chuvoso para avaliação dos
111 impactos das chuvas na cidade, receber as previsões meteorológicas e dar respostas
112 adequadas aos efeitos das chuvas. Informou que Belo Horizonte conta com plano de
113 contingências, que abarca a ação coordenada dos diversos órgãos do Executivo para
114 resposta aos riscos mapeados na cidade. Além do plano de contingências, o Município
115 conta também com um protocolo de ações integradas para eventos de chuvas, monitorado
116 e executado pelo Centro de Operações - COP, que reúne representantes de todos os
117 setores do Poder Público envolvidos nas ações de resposta a eventos de chuvas que
118 podem causar desastres na cidade, tais como BHTRANS, Polícia Militar, Corpo de
119 Bombeiros, Cemig, COPASA, Samu, Defesa Civil e Guarda Municipal Apresentou exemplos
120 de treinamentos realizados pela Defesa Civil e os bons resultados alcançados ao longo dos
121 anos. Voltou a destacar a importância do envolvimento da sociedade civil e de todos os
122 órgãos da prefeitura para a efetivação do trabalho de prevenção de risco, ponderando que
123 todos têm responsabilidade e podem contribuir na gestão dos desastres. O Coronel Waldir
124 encerrou a sua fala e o conselheiro José Júlio passou a palavra à Diretora de Manutenção e
125 Áreas de Risco, Isabel Volponi, que iniciou a apresentação pela URBEL, intitulada "PEAR -
126 Programa Estrutural Áreas de Risco - Gestão do risco geológico em vilas e favelas do
127 município de Belo Horizonte". Primeiramente, destacou que o PEAR completou, em 2020,
128 25 anos de atuação, desenvolvendo um trabalho de tratamento de áreas de risco geológico
129 nas encostas de Zonas de Interesse Social do Município. A atuação do PEAR se dá na
130 escala local, a partir de um diagnóstico das áreas de risco e elaboração de um plano de
131 obras para mitigar, prevenir e, quando possível, erradicar desastres geológicos. Como a
132 ocupação dos assentamentos é muito dinâmica e dada a impossibilidade de prevenir todos
133 os desastres, é essencial o desenvolvimento de uma cultura do risco nas comunidades,
134 para que os moradores possam aprender a identificá-lo, a conviver com ele e não promover
135 novas situações de risco. Informou que o PEAR atua em três linhas principais: atendimento
136 emergencial, plano de mobilização social e plano de obras. O atendimento emergencial
137 ocorre no período chuvoso, a partir de ações paliativas, como colocação de lona, interdição
138 e isolamento de cômodos, remoções temporárias ou definitivas. Já o plano de mobilização
139 social, é efetivado na ação dos NACs e NUDECs, em que voluntários recebem treinamento
140 para lidar com situações de riscos. O plano de obras, por sua vez, é elaborado a partir de

141 vistorias dos locais de risco aos locais de risco e diagnósticos rotineiros, e prevê
142 intervenções que são elencadas por prioridade. Relatou que as chuvas de 2020 resultaram
143 na deflagração de riscos em áreas que até então, embora identificadas e monitoradas, até
144 então não haviam manifestado instabilidades. Com isso, o diagnóstico das áreas de risco da
145 cidade vai passar por um amplo processo de revisão, para se conformar à nova realidade
146 dos eventos climáticos extremos. Além disso, a área do diagnóstico será ampliada para
147 incorporar também as AEIS – Áreas de Especial Interesse Social. A implantação das
148 intervenções previstas no plano de obras se dá por meio de três linhas. A primeira, e mais
149 antiga, utiliza da mão de obra do morador para a execução das obras, com fornecimento de
150 material e orientação técnica por parte da URBEL. A segunda ocorre em casos de
151 intervenções emergenciais e o trabalho é realizado por uma equipe de braçais, chamada de
152 “Patrulha”. A terceira linha envolve a execução de obras de médio porte contratadas pela
153 URBEL através de licitações. O PEAR trabalha utilizando projetos padrões para garantir a
154 rapidez e a segurança das respostas às situações de risco. O PEAR desenvolve um
155 minucioso trabalho de restaurar encostas em áreas densamente ocupadas sem
156 desestabilizar as ocupações do entorno, através de intervenções de pequeno porte, baixo
157 custo e com trabalho majoritariamente manual. Esclareceu que, ao longo dos anos de
158 atuação, o PEAR buscou reduzir o número de remoções, realizadas apenas em casos de
159 risco muito alto, em função do impacto significativos que elas causam na vida dos
160 moradores, que podem perder redes de convívio e ter que modificar seus modos de vida.
161 As famílias removidas da área de risco são realocadas para um abrigo provisório ou são
162 beneficiadas pela "Bolsa Moradia", que também pode ocorrer na forma de auxílio pecuniário
163 para se hospedar temporariamente na casa de conhecidos. Destacou a importância da
164 conscientização dos moradores para que não sejam ocupadas as redes de drenagem
165 instaladas e as áreas de risco muito alto que foram objetos de remoções, para assegurar a
166 sustentabilidade das intervenções e a segurança das comunidades. Informou que, ao longo
167 dos 25 anos de atuação, o PEAR conseguiu reduzir em 92% as situações de risco
168 geológico no Município, ressaltando a necessidade de atualização dos dados frente às
169 consequências das chuvas do início de 2020, e encerrou a apresentação. O conselheiro
170 José Júlio passou a palavra ao Diretor de Gestão de Águas Urbanas, Ricardo Aroeira, que
171 iniciou a apresentação pela SMOBI, intitulada "Política de Gestão do Risco de Inundações
172 em Belo Horizonte". Enfatizou a importância da terminologia adotada de “gestão do risco de
173 inundações”, destacando que as inundações são fenômenos naturais que não podem ser
174 eliminados, mas, sim, geridos, pois há aspectos que são incontroláveis, tais como o volume
175 e a intensidade das chuvas. Apresentou um panorama dos eventos extremos de chuva
176 ocorridos no município de Belo Horizonte no mês de janeiro de 2020, quando o volume
177 acumulado precipitação foi de 974mm, sendo que a média histórica para o mês de janeiro é
178 de 274mm, ao passo que a média histórica anual do município é de 1500mm. Ou seja, o
179 volume de chuvas de janeiro de 2020 alcançou aproximadamente dois terços da média de
180 chuva para um ano inteiro, com o agravante de terem apresentado intensidades que
181 superaram 150mm por hora e durações inferiores a duas horas, o que ocasionou aumento
182 significativo dos extravasamentos de cursos d'água. Destacou que a ocorrência de
183 extravasamentos anuais, para o período de 2011 a 2018, foi de 20 a 35 ocorrências, ao
184 passo que somente o mês de janeiro de 2020 apresentou 38 ocorrências de
185 extravasamentos. Informou que a política de gestão do risco de inundações do Município
186 de Belo Horizonte apresenta quatro eixos estruturantes, sendo eles: ações de planejamento
187 e gestão; execução de obras estruturantes; intensificação do serviço de manutenção; e
188 ações de alerta e de contingência. Elencou os instrumentos de planejamento e gestão:

189 Plano Diretor de Drenagem; o Programa DRENURBS, Plano Municipal de Saneamento e
190 Plano Diretor Municipal. Destacou as limitações da capacidade de resposta das obras
191 estruturantes, que são dimensionadas para um considerado volume de chuvas a partir de
192 uma avaliação estatística, de modo que não é possível eliminar totalmente o risco de
193 inundações. Apresentou a primeira etapa do Plano Diretor de Drenagem, elaborado em
194 1996 e que estabelece diretrizes de gestão das águas, caracterização das bacias, cadastro
195 e diagnóstico do sistema de drenagem e banco de dados com mapeamento dos cursos
196 d'água e bacias do Município. Destacou que as atuais soluções do novo Plano Diretor
197 Municipal estão em consonância com as diretrizes do Plano Diretor de Drenagem, com
198 destaque para o tratamento integrado dos cursos d'água por meio de conexões de fundo de
199 vale e conexões verdes, a manutenção dos corpos d'água em leito natural com a sua
200 incorporação na paisagem urbana através de parques lineares, a adoção do conceito de
201 vazão de restrição e a priorização de alternativas de intervenções naturalistas. O Plano
202 Diretor de Drenagem norteou trabalho da DRENURBS, programa que visa a despoluição
203 dos cursos d'água, mitigação do risco de inundações, controle da produção de sedimentos
204 e fortalecimento institucional da Prefeitura de Belo Horizonte. Os pressupostos das
205 intervenções do programa são a não canalização de cursos d'água, implantação de
206 dispositivos de retenção para atenuar picos de cheia, implantação, sempre que possível, de
207 parques lineares, áreas de convívio social e a não transferência de prejuízos a jusante.
208 Mostrou os resultados das intervenções feitas na sub bacia do Córrego Primeiro de Maio e
209 o Parque Nossa Senhora da Piedade, no âmbito do programa. Apresentou a segunda etapa
210 do Plano Diretor de Drenagem, ainda em andamento, que contou com a elaboração da
211 carta de inundações do Município, a instalação de placas educativas e de alerta, a criação
212 NAC e o sistema de monitoramento hidrológico e de alerta de inundações. Exibiu diversas
213 intervenções realizadas, em execução e propostas nas Bacias do Ribeirão Arrudas, Izidoro
214 e Onça, destacando as de maior relevância. Em seguida, apresentou o Plano Municipal de
215 Saneamento do Município de Belo Horizonte, documento atualizado a cada 4 anos, que
216 hierarquiza por sub bacia e bacia hidrográfica as principais demandas por investimentos em
217 saneamento na cidade através de uma série de índices e indicadores setoriais. O plano de
218 investimentos é submetido à aprovação do Conselho Municipal de Saneamento – COMUSA
219 e os recursos financeiros são vinculados aos investimentos em saneamento. Foram
220 expostas as intervenções estruturantes de drenagem e esgoto realizadas no Município e os
221 serviços de manutenção necessários para garantir a sua sustentabilidade, com destaque
222 para manutenção das bacias de retenção, da limpeza de margem de cursos d'água e da
223 retirada de resíduos de bocas de lobo. O conselheiro José Júlio agradeceu a fala dos
224 palestrantes convidados e abriu a palavra aos conselheiros e participantes presentes na
225 reunião. O conselheiro Sérgio Augusto Domingues, representante da Fundação de Parques
226 Municipais e Zoobotânica, destacou que a Fundação de Parques está desenvolvendo um
227 processo de produção de um milhão de árvores no Jardim Botânico, para o enriquecimento
228 vegetacional das suas 77 unidades e multiplicação da sua capacidade de absorção de água
229 de chuva. Relatou as perdas de vegetação causados pelas queimadas, de modo que a
230 Fundação tem atuado também na prevenção e no combate a incêndios florestais. O
231 Conselheiro André Veloso reforçou a importância do debate acerca das mudanças
232 climáticas e indagou a respeito das possibilidades de obras de reversão da canalização dos
233 córregos. Questionou, ainda, qual a política da Prefeitura para abordar os impactos dos
234 cortes de árvores antigas sobre a drenagem urbana e o aumento de temperaturas na
235 cidade. O Conselheiro Luciano Medrado perguntou acerca da integração das diretrizes
236 municipais de drenagem com a Região Metropolitana e perguntou como o novo marco

237 regulatório de saneamento, sancionado pelo Governo Federal pode impactar as fontes de
238 financiamento das intervenções e serviços em Belo Horizonte. O Conselheiro André Horta
239 reforçou os desafios de se implementar políticas urbanas nas áreas já consolidadas do
240 Município de Belo Horizonte e questionou as previsões das obras apresentadas pelo Diretor
241 de Gestão de Águas Urbanas, Ricardo Aroeira. A Secretária de Política Urbana, Maria
242 Caldas, ressaltou a importância do debate acerca dos grandes temas de planejamento e
243 política urbana da cidade no COMPUR e agradeceu a contribuição dos palestrantes.
244 Informou acerca da vanguarda desempenhada pelo Plano Diretor de Desenvolvimento
245 Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI na conciliação dos
246 zoneamentos municipais com as questões de interesse metropolitano, tais como as de
247 saneamento que, por definição, não respeitam limites municipais, e ressaltou que o PDDI
248 ainda não havia sido aprovado pela Assembleia Legislativa. Informou que Belo Horizonte
249 tem sido reconhecida como o primeiro Município a pautar a questão climática, com
250 destaque para a elaboração do inventário de risco e o plano de vulnerabilidade. O Diretor
251 Ricardo Aroeira esclareceu que ainda há um importante contingente de pessoas expostas a
252 vulnerabilidade do ponto de vista sanitário e que os investimentos em saneamento tem o
253 direcionamento priorizado para universalizar o serviço de saneamento, de modo que a tais
254 intervenções são consideradas prioritárias quando comparadas a obras de reversão de
255 canalização dos córregos. Acerca do novo marco regulatório do saneamento, manifestou
256 ceticismo com relação à vocação do capital privado para levar infraestrutura a comunidades
257 carentes, periferias de grandes cidades e universalizar os serviços de saneamento, tendo
258 em vista que ele tende a se orientar pela perspectiva do retorno financeiro. Em seguida,
259 informou que as primeiras obras do DENURBS foram concluídas em 2008 e que desde
260 então várias intervenções estruturantes já foram implantadas. Destacou, como obras
261 atualmente em andamento, intervenções nas Bacias do Izidoro, do Nado e do Vilarinho,
262 para o tempo de retorno de 10 anos. Destacou que há projetos para tempo e retorno de 25
263 e 50 anos em fase de captação de recursos. A Secretária Maria Caldas apontou que,
264 embora o território de Belo Horizonte esteja majoritariamente parcelado e edificado, estima-
265 se que apenas 20% da cidade está consolidada, de modo que a tendência de substituição
266 das edificações à luz dos parâmetros do Novo Plano Diretor traz boas perspectivas para
267 uma renovação que resulte em um modelo de ocupação ambientalmente sustentável. A
268 conselheira do Setor Popular, Edinéia de Souza, narrou ter participado do desenvolvimento
269 das políticas públicas desenvolvidas pela URBEL e pela Defesa Civil, reconhecendo sua
270 relevância. Criticou a regressão promovida pelo Governo Federal no que tange às políticas
271 urbanas, com destaque para a extinção do Ministério da Cidade e do Conselho Nacional
272 das Cidades e chamou atenção para projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional.
273 Encerradas as falas dos conselheiros, José Júlio abriu a palavra para o público presente.
274 Cristiane, da Práxis Consultoria, perguntou qual a previsão de elaboração dos planos de
275 área verde e de arborização previstos no Plano Diretor e levantou os riscos envolvidos no
276 adensamento dos corredores de transporte coletivo proposto pelo Novo Plano Diretor,
277 considerando que muitas das avenidas coincidem com fundos de vale. Sobre as medidas
278 mitigadoras difusas, sugeriu a elaboração pelo Executivo de um guia de orientação técnica
279 com mapeamento das informações ambientais do município e indicação dos locais em que
280 as soluções são viáveis. Clair Izinho ressaltou a importância do estudo da capacidade de
281 drenagem e recarga das rochas e criticou a falta de medidas que atuem nas causas dos
282 problemas apresentados, avaliando que as intervenções apresentação voltam-se para a
283 atenuação dos seus efeitos. Fernando Santana, do Movimento das Associações de
284 Moradores de Belo Horizonte – MAM-BH, apontou a centralidade da ação conjunta das

285 diferentes Secretarias da Prefeitura para a solução coordenada, eficiente e eficaz das
286 causas dos problemas das enchentes. Flávia Mourão, técnica da Subsecretaria de
287 Planejamento Urban – Suplan, chamou a atenção para a dificuldade de se obter recursos
288 para a execução das obras estruturantes necessárias. Sobre o novo marco regulatório do
289 saneamento, pontuou que o interesse da iniciativa privada não deve recair sobre os
290 serviços de drenagem urbana, mas sim sobre a distribuição de água e esgotamento
291 sanitário, sobre os quais incidem. Avaliou ser mais eficiente a disponibilização de
292 financiamento direto para as Prefeituras, para que estas possam contratar a iniciativa
293 privada para execução das intervenções quando necessário. Túlio Queiroz, conselheiro
294 suplente do Setor Popular e destacou as experiências de Manaus e do Tocantins de
295 privatização dos serviços de saneamento, que resultaram no atendimento apenas dos
296 núcleos desenvolvidos e na exclusão das periferias do acesso aos serviços básicos. O
297 conselheiro Paulo Gomide manifestou ser favorável à participação da iniciativa privada na
298 prestação de serviços públicos, para garantir a sua eficiência. A Secretária Maria Caldas
299 reassaltou que a iniciativa privada desempenha um papel fundamental na geração de
300 emprego e renda, mas que o Estado é central para garantir a universalidade do acesso às
301 políticas e aos serviços públicos. Reforçou a importância de discussões desse tipo no
302 Conselho para o debate construtivo sobre as políticas de interesse da cidade. **5. Assuntos**
303 **Gerais.** Esgotado o tempo da reunião, o conselheiro José Júlio agradeceu a participação de
304 todos na discussão, que avaliou ter sido relevante e produtiva, e deu a reunião por
305 encerrada.